

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Aprovado que foi o Programa de Governo para o período 2007/2011, cumpre-nos, num quadro de grandes restrições e rigoroso controlo orçamental, dar cumprimento aos objectivos sufragados maioritariamente com a expressão de aceitação popular que a composição desta Assembleia tão nitidamente reflecte.

Nos sectores que me cabem tutelar, o desenvolvimento faz-se essencialmente de projectos de natureza educativa e cultural, de investimentos em infra-estruturas educativas, culturais e desportivas, de parcerias público-privadas, e da canalização de recursos para promoção, também ela pública e privada, desses mesmos projectos e investimentos.

Num mundo moderno e numa sociedade aberta, como a queremos ajudar a construir, num contexto socio-económico em que o sector privado surge como um parceiro indispensável, os projectos educativos, culturais e desportivos devem surgir como um reflexo dessa realidade iniludível.

Todavia assistimos, por parte de alguns sectores que se opõem ao Governo e à sua política, a um constante ataque às parcerias público-privadas, como se a repartição das responsabilidades, a redução de custos para o orçamento regional e o recurso a competências externas para os serviços públicos, fosse algo negativo.

O Governo Regional assume, como objectivo programático, por exemplo, a comparticipação pública em investimentos privados que visam a consecução de objectivos contidos no Programa do Governo.

Apesar das críticas, vindas sempre dos mesmos sectores oposicionistas, o Governo Regional orgulha-se de assegurar uma elevada quota de oferta privada em educação, sem prejuízo da sua missão de garantir escola pública a quem assim o desejar, quota essa que ronda os 20% da oferta total e que, contrariamente ao que existe no resto do território nacional, oferece condições de comparticipação pública que tornam tais investimentos possíveis e financeiramente viáveis.

Esquecem os opositores, que vêm defendendo o fim dos apoios ao ensino de natureza privada, o que tal provocaria de falência de empresas e desemprego de centenas de profissionais, para além do defraudar das expectativas das famílias e dos alunos, que tal medida, que só pode ser tida por demagógica, representaria.

No campo da cultura, toda a estratégia definida pelo programa do Governo Regional e que, a partir de agora estamos incumbidos de fazer cumprir, assenta em diversos pressupostos, que são as traves-mestras de toda a estratégia. Desde logo, é o reconhecimento de que uma das competências essenciais da aprendizagem ao longo da vida se consubstancia na garantia de oportunidades conferidas a todos os cidadãos para o desenvolvimento de uma sensibilidade artística e cultural, que as iniciativas públicas e os agentes culturais de natureza privada, pretendem desenvolver. Deste modo avultam os investimentos públicos em infra-estruturas com fins culturais, que vêm aumentar e solidificar a rede regional de espaços culturais, capazes de assegurar a desejada divulgação e descentralização de eventos.

Ainda neste campo, 2008 trará a oportunidade de uma larga reflexão conjunta à qual a comunidade será convidada a participar, a fim de serem definidas as estratégias que, sem pôr em causa os objectivos programáticos, antes contribuam para os garantir.

A par destas preocupações representam uma posição de peso no orçamento de 2008, a recuperação e manutenção do património histórico relevante, quer do ponto de vista arquitectónico, quer do património intangível que constitui toda a nossa herança cultural comum.

Com a aprovação, em 2006, de uma lei-quadro do Desporto Regional, abriu-se o caminho para uma mudança que já deu os primeiros passos com a definição de estratégias e de algumas medidas concretas, e será desenvolvida em 2008 com regulamentos específicos. Matérias como a competição regional, o desporto lazer, o desporto escolar, etc, serão convenientemente regulamentadas a fim de se adaptarem a este novo ciclo que, sem descuidar matérias como o desporto espectáculo e a alta competição – apoios que assumimos sem qualquer embaraço – aponta de forma decisiva para a formação desportiva, para o desporto lazer e para o binómio desporto/turismo.

Estranha-se que, sem que tal tenha feito parte de qualquer estratégia eleitoral, e num momento em que já se aprovaram nesta casa as bases do desenvolvimento desportivo regional para os próximos anos, venha o Partido Socialista requestrar princípios que não só já foram rejeitados na Madeira, como foram objecto de ampla contestação nacional, dos líderes de opinião das Ciências do Desporto, como é o caso de querer regulamentar, por decreto, as bases da actividade física. Veja-se que se disseram e escreveram a este propósito, quer a Academia em Lisboa, quer

no Porto, vanguardas científicas desta área do conhecimento, face a esta inovação que o Governo Socialista inventou, ao arrepiro de todas as correntes modernas, pela mão do inefável Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.

Mais ainda, o projecto apresentado, e que esta Assembleia já rejeitou, significaria o fim do associativismo desportivo, a liquidação de todos clubes, o fim de todas as associações desportivas, o ocaso do desporto profissional, do desporto espectáculo, dos eventos desportivos, pois o princípio que o Partido Socialista pretendia impor de que as participações públicas nunca poderiam exceder 50% dos custos, representaria, na prática, o fim do desporto regional, o voltar aos anos 70 do século passado, em que o desporto era um privilégio de poucos.

Ciclicamente é chamada à colação a questão dos recursos financeiros consagrados ao desporto e as inevitáveis comparações com o IDP. Pois bem, só por demagogia se pode comparar o que é incomparável. Basta ver as competências de um e de outro para se perceber estarmos perante duas realidades muito distintas, ignorando, por exemplo, o papel do IDRAM em matéria de construção e manutenção de infra-estruturas desportivas. Essa simples constatação permite concluir por um quadro muito diferente daquele com que pretendem iludir a opinião pública.

De facto, o orçamento do IDRAM, que ora se apresenta mais reduzido face às recentes medidas de política desportiva, consagra cerca de 40% do montante global para a construção, manutenção e gestão desportiva pública, 10% para suporte dos custos de insularidade que, por princípio constitucional sempre rejeitado pelo governo socialista, deveria ser uma custo nacional, consumindo a competição regional e o desporto amador, um montante equivalente ao desporto profissional, ou seja, cerca de 25%

cada. Para aqueles que esgrimem o argumento que todo o dinheiro vai para o futebol, dentro deste para o profissional e finalmente para apenas dois clubes, esta é a resposta!

Melhor fariam, tais detractores da política desportiva, se se insurgissem, no seio do seu próprio partido, contra uma das recentes agressões do Governo da República, por artes do Senhor Secretário de Estado do Desporto, que vem retirar o apoio até agora garantido às equipas de futebol de 3ª e 2ªB da Madeira nas suas deslocações ao continente, garantindo tal apoio, em clara violação constitucional, apenas e só, e em razão da sede, às equipas do Continente. Mas quanto a isso, os senhores deputados socialistas, cá e lá, mantêm-se num comprometido silêncio. Nada dizem e deixam passar...

Curiosa também, é a recente argumentação do mesmo sector político no sentido da necessidade de criação de um sistema educativo regional. Só pode ser um caso de memória curta! Na verdade o PSD apresentou nesta casa um projecto que nos permitiria ir mais longe num sistema próprio, que combatesse a desadequação dos currículos, fomentasse a disciplina e a avaliação contínua, combatesse o insucesso e o abandono. O Partido Socialista, o CDS, o PCP e o BE, votaram contra!

O diploma, entretanto devolvido a Esta casa com o argumento principal de que o sistema educativo é matéria de reserva de competência absoluta da AR, terá que ser revisto. Aguardemos pela nova posição dos que agora dizem pugnar pela necessidade de um sistema educativo próprio e há bem pouco tempo eram contra, quer nesta revisão do diploma, quer numa futura e cada vez mais imperiosa revisão constitucional!

Por isso, há que continuar a pugnar por tal sistema, se não for nesta Assembleia, que o seja em sede de uma futura revisão constitucional, já que, de certo modo, começamos a sentir que vivemos num país com leis

diferentes, em razão do território, uma vez que nos Açores tudo é permitido, inclusive eliminar os exames nacionais de 9º ano, substituindo-os por avaliações regionais e, na Madeira, nem uma aferição regional de 6º ano nos foi consentida.

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Não me deterei nos projectos específicos. São públicos, conhecidos e reconhecidos. São a nossa forma de ser diferentes e de aproveitar a nossa dimensão para sermos inovadores. Satisfeitos, quando vemos tais projectos serem transportados para o todo nacional, até mesmo quando, aí sim, tem toda a projecção dos meios de comunicação social nacional e são apresentados como grandes inovações socialistas!

Veja-se o caso de ontem, em que o Senhor Primeiro Ministro veio apresentar um modelo de gestão e administração escolar em todo idêntico ao famigerado modelo 4/2000 que tanta tinta fez correr. Agora, esperamos para ver a reacção dos sindicalistas que decidiram vestir a camisola socialista...

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Falo de projectos que atravessam a educação, as necessidades educativas especiais, a qualificação profissional ou as artes. Projectos que garantem competências que as notas não avaliam, mas que o cidadão do futuro vai exhibir e com elas vai construir uma sociedade melhor.

Numa visão encorajadora e de confiança nas capacidades dos nossos alunos, dos nossos professores e das nossas escolas. De confiança no aumento do apoio que as famílias podem e devem garantir aos seus educandos. De certeza e de serenidade relativamente ao facto de considerarmos estar a cumprir com a parcela de construção do sucesso que cabe aos governos assegurar: as instalações escolares, os laboratórios, os meios tecnológicos, os professores colocados, a garantia de apoio não-docente, os transportes escolares, a alimentação saudável, a acção social escolar como factor que conduz ao reequilíbrio económico das famílias, a Escola a Tempo Inteiro, os projectos de enriquecimento curricular, o fomento das línguas estrangeiras, a educação desportiva e artística, a integração profissional, as novas oportunidades, a dupla certificação académica e profissional, etc., etc.

Não partilho da injustiça de um coro que fala de abandono escolar sem saber, sequer, a definição do conceito, que fala de insucesso escolar sem conhecer os dados e os indicadores regionais, fala de maus resultados sem conceder, ao menos, que os resultados têm melhorado, fala das baixas notas de português sem reconhecer, por exemplo, que a Madeira teve no 4º e 6º anos, notas acima ou idênticas às médias nacionais, sem relevar os projectos de reforço de competências matemáticas e científicas, sem ao menos deixar uma palavra de incentivo a professores alunos e famílias, acusando-os injustamente de serem os piores do país e acusando, por comodidade e por estratégia política que já ninguém aceita, o Governo Regional de ser o culpado de tudo!

Porque já neste debate, embora dirigindo-se aos colegas de Governo que me antecederam se pediram números e taxas, aí vão eles, mas também vão os conceitos, para que, de uma vez por todas se acabem com as confusões e se tornem verdades as mentiras repetidamente propaladas.

Começamos pelo analfabetismo, ou seja, os indivíduos com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever, isto é, que são incapazes de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. Esta taxa, calculada em cada Census, em 1981 era 26,6%, em 1991, 15,3%, em 2001, 12,7%. Nesta data intercensus, estimamos que seja 8,7% e, também por estimativa, em 2011, será 7,2%. Mas é preciso ter em atenção que o sistema não produz analfabetos e que 80% dos avaliados esta data como tal, tem mais de 60 anos e que abaixo desta idade há apenas 1,7% de analfabetos o que não tem significado estatístico, pois até 2% estamos perante uma taxa aceite internacionalmente como inultrapassável, por motivos de doença e deficiência.

Passemos à questão do insucesso escolar, ou seja as percentagens de retenção e desistência. No 1º ciclo temos uma taxa de insucesso de 6,3%, 13,8% no 2º ciclo; 18,5% no 3º ciclo e 30,7% no secundário, todas muito próximas das médias nacionais, o que significa que, em termos médios estamos melhor que cerca de metade do país e pior do que a outra metade. Não colhe, por isso, dizer-se repetidamente que somos os piores do país!

E passemos à questão do abandono escolar, conceito que urge definir e esclarecer, pois é onde reina a maior confusão!

Trata-se, no fundo de três conceitos distintos, a saber:

- a) Saída Precoce antes de concluído o 12º ano, taxa que é apurada pelo número de jovens entre 18 e 24 anos que, no momento do Census, não possuía o 12º ano. Em 2001 era de 50%, taxa que colocava a Madeira melhor que os Açores e que a Região Norte, pior que Lisboa e Vale do Tejo, e muito perto das restantes quatro Regiões do País. O objectivo da Estratégia de Lisboa para 2010 é de reduzir esta taxa para 35%, o que consideramos atingível, tendo em atenção que a taxa bruta de escolarização do Secundário, passou entre 1999 e 2007, de 79% para 96%.
- b) Saída antecipada, antes de concluído o 9º ano – taxa que é apurada pelo número de jovens entre 18 e 24 anos que, no

momento do Censur, não possuía o 9º ano. Em 2001 era de 29%, taxa que colocava a Madeira melhor que os Açores e que a Região Norte, pior que Lisboa e Vale do Tejo, e muito perto das restantes quatro Regiões do País. Muito acima da média nacional se desta excluíssemos Lisboa e Vale do Tejo. O objectivo da Estratégia de Lisboa para 2010 é de reduzir as taxas de 2001 em 50%, valor que consideramos já atingido na RAM, tendo em atenção que a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico cresceu mais 20% nos últimos 10 anos.

E finalmente:

- c) O Abandono Escolar, propriamente dito, ou seja a saída da escola em incumprimento da escolaridade obrigatória, isto é, antes de completar 16 anos. Em 1981 a nossa taxa era de 30,2%; em 1991 era de 11,1%, em 2001 de 3,1% e a estimativa para 2007 é de 0,5%. Como é possível dizer que temos uma alta taxa de abandono escolar, quando se pode dizer que na RAM está praticamente erradicado o Abandono Escolar?

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Não vou pelo caminho que parece dominar as intervenções da oposição, que não se cansa de afirmar, sem fundamento, que somos os piores do país, que os nossos alunos são maus, que os professores não têm qualidade, que as nossas escolas não prestam, etc.

Vou antes no sentido do reconhecimento público pelo esforço que tem sido feito nas nossas escolas, pelos professores e pelos alunos, para melhorar um panorama que não nos agrada, mas que só nos envergonharia se

notássemos comodismo e conformismo. Pelo contrário, vejo trabalho, empenhamento e vontade de melhorar.

Razão que nos anima num momento em que aguardamos o desfecho do processo de criação de um estatuto regional da carreira docente, resultado de um processo norteado pelo princípio de ouvir antes de decidir, apesar das pouco significativas e por vezes incoerentes manobras para granjear protagonismos imerecidos, num processo que alguns se viram ultrapassados e querem ganhar o terreno perdido à custa da classe docente que dizem, também, representar.

Fico

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

ao dispor de Vossas Excelências para os esclarecimentos

Francisco Fernandes

12/12/2007